



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO MARCIO MICHEL



**Processo nº:** 3.390/1982  
**Apenso nº:** 300.19243/1981-GDF  
**Órgão de Origem:** Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal – SEPLAN.  
**Assunto:** Pensão Civil.  
**Ementa:**

- Examina-se a revisão dos proventos da pensão especial temporária de Rosângela Gomes Ornelas, instituída pela ex-servidora Dorvalina Gomes de Sousa, matrícula nº 05.926-9, no cargo de Auxiliar de Administração Pública, Classe Única, Padrão VI, do quadro da SEPLAN, nos termos 40, § 5º, da CRFB, e dos arts. 215 e 248 da Lei nº 8.112/90, a contar de 1.1.1992, de acordo com ato publicado no DODF de 19/09/2016;
- Decisão nº 403/17: determina diligência;
- Decisão nº 2.996/17: cumprimento da Decisão nº 403/17;
- Apresentação de razões de defesa pela pensionista;
- Instrução Sugere conhecimento, improcedência e determinação de ressarcimento;
- MPjTCDF: Parecer convergente;
- **VOTO** convergente. Determinação de providências quanto ao ressarcimento dos valores indevidamente percebidos a título de pensão civil temporária.

## RELATÓRIO

Versam os autos sobre o exame da revisão dos proventos da pensão civil especial temporária instituída pela ex-servidora **Dorvalina Gomes de Sousa**, matrícula nº 5.926-9, no cargo de Auxiliar de Administração Pública, em favor de **Rosângela Gomes Ornelas**, nos termos do artigo 40, § 5º, da CRFB, e dos artigos 215 e 248 da Lei nº 8.112/90, a contar de 1.1.1992, de acordo com ato publicado no DODF de 19.9.2016.

2. Por meio da Decisão nº 2.996/2017, dentre outras medidas, esta Corte assim deliberou:

*O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – ter por cumpridas, em sua integralidade, as determinações insculpidas na Decisão nº 403/17; II – considerar legal, para fins de registro, a revisão de pensão civil em exame, sublinhando que o procedimento de averiguação das parcelas do título pensional se harmoniza com o insculpido no item I da Deliberação nº 77/07, em autos de nº 24.185/07; III – **determinar à jurisdição que, no prazo de 30 (trinta) dias, notifique a pensionista Rosângela Gomes Ornelas para que, caso queira, apresente defesa, no prazo de 30 (trinta) dias, ante a possibilidade de ressarcimento ao erário dos valores percebidos entre 12.04.2007 e 30.06.2016, a título de pensão***



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO MARCIO MICHEL

Fl.: 132  
Proc.: 3.390/1982

**civil por morte de sua genitora Dorvalina Gomes de Sousa, tendo em vista que a mesma consta, durante esse período, como companheira do Sr. Luiz Antonio Pastorino Lançanova, em contrariedade ao disposto na Decisão nº 1.327/2007; IV – autorizar a devolução dos autos ao órgão de origem, para a adoção das medidas pertinentes.**

(Grifamos).

3. Nesta fase processual, encontra-se em análise o mérito das razões de defesa apresentadas pela indigitada pensionista (e-DOC BFB23BBC), em face da mencionada Decisão nº 2.996/2017.

4. O Corpo Instrutivo manifestou-se por meio do documento eletrônico de nº 7192A4C1-e, esclarecendo o seguinte:

*“Versam os autos do epigrafado processo sobre e revisão dos proventos de pensão especial temporária concedida a **ROSÂNGELA GOMES ORNELAS CPF/MF nº 610.519.501-04 & Matrícula SIGRH nº 022.995-4**, filha da servidora e instituidora **Dorvalina Gomes de Sousa, (matrícula nº 05.926-9)**, referente ao cargo de Auxiliar de Administração Pública (Classe única – Padrão VI) do quadro de Pessoal do Distrito Federal, nos termos do art. 40, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, bem como do art. 215 e art. 248 da Lei federal nº 8.112/9 (recepcionada no âmbito do Distrito Federal por força de Lei distrital nº 197/91) a contar de **01.01.92**, de acordo com ato publicado no DODF de 19.0916, nos termos especificados na ementa.*

2. Nesta fase processual, analisa-se o mérito das razões de defesa (DOC BFB23BBC), de 07.07.17 (peça 22), apresentadas pela indigitada servidora, por meio de seu representante legal, em face do item III da Decisão nº 2996/17 (e-DOC D606536C – fl 94), exarada na Sessão Ordinária nº 4963, de 27.06.17, conforme abaixo reproduzido, **verbis**:

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: **I – ter por cumpridas, em sua integralidade, as determinações inculpidas na Decisão nº 403/17; II – considerar legal, para fins de registro, a revisão de pensão civil em exame**, sublinhando que o procedimento de averiguação das parcelas do título pensional se harmoniza com o inculpido no item I da Deliberação nº 77/07, em autos de nº 24.185/07; **III – determinar à jurisdição que, no prazo de 30 (trinta) dias, notifique a pensionista Rosângela Gomes Ornelas para que, caso queira, apresente defesa, no prazo de 30 (trinta) dias, ante a possibilidade de ressarcimento ao erário dos valores percebidos entre 12.04.2007 e 30.06.2016, a título de pensão civil por morte de sua genitora Dorvalina Gomes de Sousa, tendo em vista que a mesma consta, durante esse período, como companheira do Sr. Luiz Antonio Pastorino Lançanova, em contrariedade ao disposto na Decisão nº 1.327/2007**; IV – autorizar a devolução dos autos ao órgão de origem, para a adoção das medidas pertinentes.” (sem grifo no original)*

3. Nas aludidas razões de defesa (e-DOC D606536C – fl 94-114), por seu turno, a nominada servidora traz, em apertada síntese, as seguintes alegações: (i) que na época da concessão por morte a interessada preenchia todos os requisitos legais (solteira e não ocupante de cargo público) e que o fato da pensionista ter casado ou ter contraído união estável não faz parte dos impedimentos posteriores da Lei distrital nº 3.373/58; (ii) que o art. 2º XIII, da Lei federal nº 2.834/01, instituiu a vedação retroativa de nova interpretação de normas administrativas; (iii) que há se de reconhecer o prazo decadencial previsto no art. 54da Lei federal nº 9.784/99; e (IV que não houve má-fé por parte da interessada.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO MARCIO MICHEL

Fl.: 133  
Proc.: 3.390/1982

4. E, ao final requer a defendente, em suma, que “seja alterada da decisão atacada, reconhecendo a ilegalidade praticada que tange à alteração de entendimento legal” (**sic**) ou que “seja reconhecido a ocorrência da decadência em revisar atos nos termos da legislação de regência” e ainda que, alternativamente, que seja reconhecida a irrepetibilidade dos valores recebidos de boa-fé ante a natureza alimentar do benefício recebido, requerendo (concomitantemente ) o reconhecimento da prescrição das parcelas vincendas, aplicando-se a prescrição para cobrança de parcelas relativas aos últimos 5 (cinco anos).

5. **Ab initio**, observa-se, no presente caso, assim como ocorreu no **MS nº 27.612-DF**, que a inexistência da união estável da defendente com **LUIZ ANTONIO PASTORINO LANÇANOVA** não restou comprovada, sendo que os fatos apontados nas razões de defesa não são, ainda que minimamente, nada incontroversos. Muito pelo contrário, os elementos comprobatórios colacionados aos autos comprovam, com clareza solar, senão existente a união estável (fls. 28 e 77), a sua existência em um dado momento, suficiente para gerar a perda da qualidade de segurada, não merecendo prosperar, portanto, quaisquer alegações da interessada neste ponto.

6. Assim sendo, cabe trazer a lume, por uma maior liquidez e certeza processual, o inteiro teor da decisão constante do **MS nº 27.612-DF** (ora transitado em julgado – mar-12), proferida pelo eminente Ministro Joaquim Barbosa, o que demonstra o entendimento firmado pelo Excelso Supremo Tribunal Federal – STF sobre o tema em comento. Vejamos.

**“DECISÃO:** Trata-se de mandado de segurança, com pedido de medida liminar, impetrado por Martha Mafra Gonzalez contra acórdão do Tribunal de Contas da União (TC 0082730071), que determinou a suspensão do benefício previdenciário que recebia, em decorrência do falecimento de seu genitor, servidor público estadual. Narra a impetrante que, com o falecimento de seu pai, servidor do Ministério da Fazenda em Manaus, obteve a pensão por morte, nos termos no art. 5º, II, parágrafo único da lei 3.373/1958, que determina: “A filha solteira, maior de 21 (vinte e um) anos, só perderá a pensão temporária quando ocupante de cargo público permanente”. Afirma que a partir de denúncia apresentada ao **Tribunal de Contas da União, este procedeu à análise da situação da impetrante, concluindo que esta viveu ou vive em união estável com o pai de seus dois filhos, o que ensejou o cancelamento da referida pensão por morte. A impetrante sustenta que é solteira e não vive em união estável com o pai de seus filhos**, embora tenha tido “relacionamento emocional” com ele, que terminou em 1993. Alega cerceamento de defesa, tendo em vista que a Corte de Contas não atendeu aos pedidos de solicitação de documentos a órgãos públicos e de oitiva de testemunhas por ela formulados no procedimento administrativo que culminou no cancelamento de sua pensão. Argumenta, ainda, que o Tribunal de Contas da União não tem competência para reconhecer a suposta união estável da impetrante. **Por fim, entende que a legislação acerca da união estável não se aplica ao caso, tendo em vista que a referida pensão foi concedida com base na lei 3.373/1958.** Alega também o direito adquirido à pensão tal como concedida. Requereu a concessão da medida liminar e, no mérito, o deferimento da ordem, para cassar o acórdão recorrido. Nas informações, o Tribunal de Contas da União, preliminarmente, argui a carência da ação, tendo em vista que, no mandado de segurança, não se admite dilação probatória. Afirma que a impetrante não apresentou prova pré-constituída de seu alegado direito. Acrescenta que não houve irregularidade no procedimento administrativo, tendo sido facultado à impetrante o direito ao contraditório e à ampla defesa, e que a negativa de realização das diligências por ela requeridas não consubstancia ofensa ao direito de defesa porque, no caso, eram

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO MARCIO MICHELFl.: 134  
Proc.: 3.390/1982

absolutamente desnecessárias diante dos elementos constantes dos autos. Por outro lado, a Corte de Contas afirma que atuou nos estritos limites de sua competência prevista no art. 71, III da Constituição Federal, não podendo furtar-se ao exame das irregularidades denunciadas. **Ademais, não há direito adquirido ao recebimento da pensão, uma vez que “as condições necessárias para a continuidade do seu recebimento estão expressamente previstas na lei 3.373/58, que dispôs sobre o Plano de Previdência de que trata a lei 1.711/52, a qual assegurou pensão à família do servidor que viesse a falecer em consequência de acidente em serviço, sendo certo que referidas condições devem ser interpretadas à luz do ordenamento jurídico em vigor”.** Por fim, sustenta a primazia do interesse público e do princípio da legalidade, e afirma que o art. 54 da lei 8.443/1992 obriga que a Corte de Contas forneça ao denunciante certidão dos despachos e fatos apurados (fls. 561-579). (...) A fls. 596-597, indeferi a medida liminar. O procurador-geral da República, em parecer de fls. 599-604, manifesta-se pela denegação da ordem. A fls. 609-623, a impetrante junta cópia de ação civil pública ajuizada contra a pessoa que procedeu à denúncia perante o TCU. A fls. 625-638, a impetrante junta julgados reconhecendo que o regramento do direito à pensão por morte há de ser feito com base na lei vigente à época do óbito do servidor. A fls. 640-696, a impetrante junta cópia de outros julgados referentes ao caso em análise. A fls. 701-703, a impetrante junta precedentes. A fls. 707-710, a impetrante requer a concessão da ordem. A fls. 712-720 e 721-724 a impetrante apresenta certidões de Cartórios de Notas que “atestam a inexistência de registro de união estável em nome da peticionante”. A fls. 726-1034, a impetrante peticiona juntando cópia de inquérito policial militar instaurado contra o policial militar que a denunciou perante o Tribunal de Contas da União. A fls. 1036-1067, a impetrante junta cópia do MS 28061, rel. Min. Ellen Gracie. A fls. 1070-1073, a impetrante junta declaração do pai de seus filhos de que não existe união estável entre eles. É o relatório. Decido. O mandado de segurança é o instrumento destinado a proteger direito líquido e certo (art. 5º, LXIX, da Constituição). Segundo a melhor doutrina sobre o tema, direito líquido e certo é aquele “delimitado em sua extensão, manifesto em sua existência e apto a ser exercido no momento da impetração. (...) É o direito comprovado de plano” (MEIRELLES, Hely Lopes. Mandado de Segurança, Ação Popular, Ação Civil Pública, Mandado de Injunção, Habeas data. São Paulo: Malheiros, 2001. p. 36.). Sendo assim, o mandado de segurança exige a comprovação inequívoca, no momento da impetração, do direito alegado pelo impetrante. “O que se exige é prova pré-constituída das situações e fatos que embasam o direito invocado pelo impetrante” (Idem, p. 37). No presente caso, toda a argumentação expendida pela ora impetrante revela ser evidente a controvérsia acerca dos fatos que ensejaram o cancelamento de sua pensão pelo Tribunal de Contas da União. Ressalte-se que o grande número de petições ao longo da presente impetração, com a apresentação extemporânea de vários documentos supostamente indicativos do direito invocado, reforçam o entendimento de que para a solução da controvérsia posta nos autos é imprescindível a produção de provas. **Com efeito, existem sérios e robustos indícios de que a ora impetrante efetivamente vive (ou, pelo menos, viveu durante período razoável de tempo) em união estável com o pai de seus filhos. Os documentos por ela apresentados não têm o condão de afastar definitivamente a dúvida sobre a inexistência da referida união estável. Portanto, é de se acolher o parecer do procurador-geral da República, no ponto, quando afirma: “A inexistência da união estável da impetrante com o pai de seus filhos não foi comprovada de plano e os fatos apontados na inicial do writ – não ter coabitação ou contato**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO MARCIO MICHELFl.: 135  
Proc.: 3.390/1982

**físico com o suposto companheiro ou animus de constituir uma entidade familiar – não são incontroversos. Dos elementos comprobatórios colacionados aos autos, dessome-se, senão existente a união estável, a sua existência em um dado momento, suficiente para gerar a perda da qualidade de segurada” (fls. 604).**

Assim, tendo em vista a não comprovação de plano da certeza dos fatos que fundamentam o suposto direito líquido e certo invocado, o que remete à necessidade indissociável de dilação probatória, sob o crivo do contraditório, é evidente a impropriedade da via eleita. Nesse sentido, firmou-se a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Confira-se: EMENTA: Recurso Ordinário em Mandado de Segurança. 2. Mandado de segurança impetrado por militar da reserva da Marinha. 3. Desconto em razão de pagamento indevido de indenização de transporte e bagagem por ocasião da passagem para a reserva remunerada (Lei nº 8.237/91, ART. 58, II). 4. Controvérsia quanto aos fatos que embasam a impetração. 5. Não se prestando o mandado de segurança para solver questão fática controvertida e inexistindo nos autos elementos capazes de provar o alegado, não há como acolher a pretensão formulada pelo impetrante. 6. Precedente: RMS nº 23.390, Rel. Min. Ilmar Galvão, Primeira Turma, DJ 3.9.99. 7. Recurso improvido. (RMS 23.548, Rel. Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma, julgado em 18.02.2003, DJ 21.03.2003.) EMENTA: CONSTITUCIONAL. AGRÁRIO. REFORMA AGRÁRIA. DESAPROPRIAÇÃO. I. - A questão relativa à produtividade, ou não, do imóvel rural objeto da desapropriação apresenta-se controvertida, a exigir dilação probatória, o que não se admite em sede de mandado de segurança, dado que o direito líquido e certo tem como pressuposto fatos incontroversos apoiados em prova prévia constituída. II. - M.S. indeferido. (MS 24.518, Rel. Min. Carlos Velloso, Tribunal Pleno, julgado em 01.04.2004, DJ 30.04.2004.) Por outro lado, não procedem as demais alegações da impetrante. Registro, inicialmente, que o art. 74, § 2º da Constituição Federal, cujo teor foi reproduzido no caput do artigo 53 da lei 8.443/1992 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União), permite que qualquer cidadão apresente denúncia de irregularidades ou ilegalidades perante o TCU. O art. 54 da referida lei 8.443/1992 determina que o denunciante poderá requerer certidão dos despachos e dos fatos apurados. Sendo assim, ao apurar a denúncia recebida, a Corte de Contas atendeu ao disposto na Constituição Federal e na lei 8.443/1992, inclusive seguindo a orientação do Supremo Tribunal Federal no que se refere à vedação do anonimato do denunciante (MS 24.405, rel. min. Carlos Velloso, j. 03.12.2003, DJ 23.04.2004). Em relação ao cerceamento de defesa, há prova nos autos de que a impetrante foi devidamente notificada e apresentou defesa, juntando documentos, no referido procedimento administrativo (fls. 443-511), defesa esta que foi devidamente apreciada pela Corte de Contas (fls. 529-534). O não atendimento ao pedido de expedição de ofícios a órgãos públicos não caracteriza cerceamento de defesa, pois o TCU entendeu que estes documentos não seriam indispensáveis ao deslinde do caso. Por outro lado, trata-se de documentos que facilmente poderiam ter sido obtidos pela impetrante e apresentados tempestivamente em sua defesa. No que tange à incompetência do Tribunal de Contas da União para verificar a legalidade da manutenção da sua pensão, é importante registrar que a pensão concedida à impetrante, por força do disposto no art. 5º, II e parágrafo único da lei 3.373/1958, está sujeita à condição resolutiva, que pode ocorrer a qualquer momento. **Sendo assim, a Corte de Contas, ao tomar conhecimento de possível implemento da condição resolutiva, deve, em obediência ao princípio da legalidade, proceder à devida apuração dos fatos. Assim, a atuação do TCU se deu nos estritos limites de sua competência constitucional. Nesse aspecto, colho do**



**parecer do Ministério Público Federal (fls. 602): “Assim, não há falar em aplicação da Súmula nº 359 do Supremo Tribunal Federal, segundo a qual os benefícios previdenciários são regidos pela legislação vigente à época da reunião dos requisitos para a sua concessão – tempus regit actum – pois a condição de segurada da filha maior e capaz somente perdura até a superveniência das condições resolutivas”.** Registro, por fim, não se aplicar ao caso o precedente desta Corte invocado pela impetrante - MS 28.061-AgR, rel. Min. Ellen Gracie, DJe 068, divulgado em 08.04.2011 - tendo em vista que naquela situação a ordem foi concedida para que a então impetrante pudesse exercer o direito ao contraditório e à ampla defesa perante o Tribunal de Contas da União. No presente caso, é inequívoca a participação ativa da ora impetrante no procedimento administrativo que culminou no cancelamento de sua pensão. **Assim, sendo certo que para o deslinde do caso é imprescindível a comprovação inequívoca da não existência de união estável entre a impetrante e o genitor de seus filhos,** fato que necessita de dilação probatória, inviável a impetração, ressalvada à impetrante o acesso às vias ordinárias. **De todo o exposto, com fundamento no art. 21, § 1º do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, nego seguimento ao mandado de segurança.** Comunique-se. Publique-se. Arquive-se. Brasília, 24 de fevereiro de 2012. Ministro Joaquim Barbosa Relator Documento assinado digitalmente” (sem grifos no original)

(MS 27612, Relator(a): Min. JOAQUIM BARBOSA, julgado em 24/02/2012, publicado em DJe-044 DIVULG 01/03/2012 PUBLIC 02/03/2012)”

7. Por outro lado, no que tange à alegação quanto ao prazo decadencial de 5 (cinco) anos previsto no art. 54 da Lei federal nº 9.784/99, recepcionada no âmbito do Distrito Federal por força da Lei distrital nº 2.834/01, traz este corpo técnico a consolidada jurisprudência do Excelso Supremo Tribunal Federal – STF que firmou-se no sentido de que, por ser a **concessão de aposentadoria, reforma e pensão (e revisões que alterem o fundamento legal do ato concessório [o que é o caso dos autos] – art. 71, III, da CF/88) ato administrativo complexo**, que só se aperfeiçoa com o controle e o registro no respectivo Tribunal de Contas, com o prazo decadencial **contado a partir da data de chegada à Corte de Contas do processo administrativo de aposentadoria ou pensão encaminhado pelo órgão de origem para julgamento da legalidade do ato concessivo de aposentadoria ou pensão e posterior registro pelo Tribunal de Contas** (STF – Ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão: **inaplicabilidade do prazo decadencial do artigo 54 da Lei 9.784/99 e necessidade de se observar o contraditório e a ampla defesa após o prazo de** cinco anos **[<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumario.asp?sumula=1191>]** – MS 24781, no mesmo sentido: MS 26053, MS 25116 e MS 25403).

8. Ademais, é de sabença geral, conforme mencionado alhures, que não há direito adquirido a regime jurídico, especialmente o previdenciário, consoante jurisprudência pacífica do Excelsa Suprema Corte – STF (v.g., ADI nº 3105-DF, ADI nº 3128-DF e ADI nº 3104-DF, entre outros inúmeros julgados), sendo que a concessão de aposentadoria consiste em ato administrativo complexo, que só se aperfeiçoa com o controle e o registro pelo respectivo tribunal de contas, conforme entendimento mais que consolidado do próprio Pretório Excelso (vide **Súmula Vinculante nº 3 – STF, AgR em MS nº 26069-BA**, entre outros), afastando assim, também, quaisquer eventuais alegações quanto ao direito adquirido, porquanto inexistente no caso concreto, quanto ao ato jurídico perfeito, porque este ainda não foi aperfeiçoado (tendo em vista que a concessão é um ato administrativo complexo – in casu, sob os



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO MARCIO MICHEL

Fl.: 137  
Proc.: 3.390/1982

efeitos da **Decisão TCDF nº 77/07**), e, até mesmo, quanto à suposta segurança jurídica, hipótese afastada pelos mesmos fundamentos jurídicos retro (**art. 5º, XXXVI, da CRFB**), inexistindo, outrossim, qualquer nova interpretação de normas administrativas.

9. Nesse esboço, reproduz-se abaixo, por uma maior clareza, o art. 54 da Lei federal nº 9.784/99, recepcionada pela Lei distrital nº 2.834/01. Vejamos.

“Art. 54. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, **salvo comprovada má-fé.**” (sem grifos no original)

10. Pois bem. O ponto aqui é que a então beneficiária prestou, ao longo dos anos, nos autos do presente processo, inúmeras declarações informando não manter estado conjugal de união estável (fls. 26 [mai-08], 30 [abr-12] e 38 [out-07]), a fim de preservar, ainda que ilegalmente, o seu benefício pensional (todas, frise-se, posteriores a nov-99 [fl. 77], ocasião em que começou a figurar como **dependente** de **LUIZ ANTONIO PASTORINO LANÇANOVA – 2º SGT REFORMADO** –, na condição de **companheira**), sendo impossível não concluir, como consequência lógico jurídica das provas ora produzidas, pela **presença incontestada de comprovada má-fé** (existência de prova cabal documental pela apresentação de declarações inidôneas), fato que impossibilita o provimento de quaisquer dos pedidos ora formulados nas razões de defesa em apreço, incluindo o reconhecimento de eventual prazo prescricional, porquanto o termo inicial para apuração dos fatos se dá a contar do conhecimento do ilícito pela administração, não havendo, por igual, falar em prescrição e nem, por óbvio, em verba de caráter alimentar recebida de boa-fé.

11. Compete realçar, também, por relevante, o que dispõe Súmula nº 346 da Excelsa Corte Suprema – STF. Vejamos.

“A Administração Pública **pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.**” (sem grifos no original)

12. No mesmo sentido, observa-se que a Súmula nº 473 do Pretório Excelso – STF, consagrando o princípio da autotutela administrativa, pacificou o entendimento supra, assentando que, diante de indícios de ilegalidade, a administração **deve** exercer seu **poder-dever** ou, melhor dizendo, seu **dever-poder** de anular seus próprios atos.

“A administração **pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos;** ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.” (sem grifos no original)

13. Noutro giro, verifica-se que a Lei federal nº 9.784/99, recepcionada no Distrito Federal pela Lei nº 2.834/01, positivou o posicionamento exposto nos precedentes parágrafos em seu texto. Vejamos.

“Art. 53. A Administração **deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade,** e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.” (sem grifos no original)

14. Dessarte, outra não pode ser a recomendação desta unidade técnica senão conhecer das razões de defesa ora apresentadas **por ROSANGELA GOMES ORNELAS**, por meio do seu representante legal, para, no mérito, considerá-las improcedentes, com o consequente irrestrito e fiel cumprimento da Decisão nº 1327/07 (publicação em 12.04.07 – Processo TCDF nº 30067/06), no tocante à imperiosa necessidade de ressarcimento dos valores percebidos ilegalmente pela interessada, no período compreendido entre 12.04.07 e 30.06.16, a título de pensão civil por morte.”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO MARCIO MICHEL



(Grifos no original).

5. E, ao final, propondo:

*“Ante o exposto, sugere-se ao e. Plenário:*

*I. ter por cumprida a Decisão nº 2996/17;*

*II. conhecer das razões de defesa apresentadas pela então pensionista ROSANGELA GOMES ORNELAS (e-DOC BFB23BBC – fls. 99- 114), para, no mérito, considerá-las improcedentes;*

***III. determinar à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do DF - SEPLAG/GDF que adote as providências suficientes e necessárias a fim de que a interessada mencionada no inciso anterior promova o ressarcimento dos valores percebidos a título de pensão civil por morte, no período compreendido entre 12.04.07 e 30.06.16, nos exatos termos da Decisão nº 1327/07, visando à regular e legal recomposição do erário distrital, o que será verificado em futura auditoria deste Tribunal;***

*IV. dar ciência da presente decisão à referida pensionista, por meio do seu representante legal; e*

*V. autorizar o arquivamento do feito.”*

(Grifamos).

6. O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal aquiesce às sugestões propostas pela Unidade Técnica (e-DOC 4BB6F829-e).

Relatado.

## VOTO

7. Examina-se, nesta fase processual, o mérito das razões de defesa apresentadas pela interessada em face do item III da Decisão nº 2.996/2017, que determinou a jurisdicionada notificar a pensionista ante a possibilidade de ressarcimento ao erário de valores percebidos entre 12.4.2007 e 30.6.2016, a título de pensão civil por morte de sua genitora Dorvalina Gomes de Sousa, tendo em vista que a pensionista consta, durante esse período, como companheira do Sr. Luiz Antonio Pastorino Lançanova, em contrariedade ao disposto na Decisão nº 1.327/2007<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta, em parte, a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - que **a filha maior e solteira, que passe a conviver com companheiro em estado de união estável, perde a condição de beneficiária da pensão estatutária concedida nos termos do artigo 5º, inciso II, parágrafo único, da Lei nº 3373/58**; II - recomendar à Secretaria de Estado de Gestão Administrativa orientar os órgãos do complexo administrativo do Governo do Distrito Federal a colher, periodicamente, das beneficiárias de pensão civil, habilitadas na condição de filha maior solteira, declaração, sob as penas da lei, de que permanecem na situação de solteiras, não mantêm relacionamento em estado de união estável e não exercem cargo ou emprego público em caráter permanente; III - autorizar: a) a 4ª ICE a verificar, em futuras auditorias programadas, o cumprimento desta decisão; b) o arquivamento dos autos. Decidiu, mais, mandar publicar, em anexo à ata, o Relatório/Voto do Relator (Anexo I).

(Grifamos).





8. Em atenção à Decisão nº 2.996/2017 (e-DOC BFB23BBC), a pensionista Rosângela Gomes Ornelas, por intermédio de seu representante legal, apresenta em suas razões de defesa os seguintes argumentos (e-DOC BFB23BBC):

- (i) o fato de a pensionista ter casado ou ter contraído união estável não faz parte dos impedimentos posteriores admitidos pela lei, o que de fato deve ser analisado nos casos de pensão por morte é a legislação vigente à data do óbito;
- (ii) o entendimento do Tribunal, ainda que se considere válida a nova interpretação firmada na Decisão nº 1.327/2007, não poderá retroagir para atingir as pensões recebidas com fundamento no artigo 5º da Lei nº 3.373/58. O artigo 2º, inciso XIII, da Lei nº 9.7884/99 institui a vedação da aplicação retroativa de nova interpretação de normas administrativas;
- (iii) de acordo com o princípio *tempus regit actum*, não há como penalizar a ex-pensionista a devolver ao erário os valores recebidos a título de pensão por morte durante o período de 2007 a 2017;
- (iv) a revisão administrativa não pode ser feita a qualquer tempo no que toca a atos capazes de beneficiar e prejudicar o administrado, categoria na qual se enquadra a pensão, consoante artigo 54 da Lei nº 9.784/1999;
- (v) não há que se falar em má-fé no caso em comento, eis que a ex-pensionista agiu dentro dos limites legais que lhe foram impostos;
- (vi) a má-fé não pode ser presumida, devendo haver prova robusta de que de fato houve a tentativa de burlar o sistema no afã de receber o que não era devido; e
- (vii) os valores recebidos de boa-fé pela ex-pensionista não são passíveis de restituição à Administração Pública, visto que possuem caráter alimentar.

9. A defendente ao final requer:

*“Pelas razões expostas, requer seja alterada a decisão proferida pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal reconhecendo a ilegalidade praticada no que tange a alteração de entendimento legal nos termos supra expendidos e fundamentados. Outrossim, acaso não seja esse o entendimento de V. Senhorias requer seja reconhecido a ocorrência da decadência em revisar atos nos termos da legislação de regência e por fim acaso também não seja acolhido a aplicação da decadência requer seja reconhecida a irrepetibilidade dos valores recebidos de boa-fé ante a natureza alimentar do benefício recebido. **Por fim requer o reconhecimento da prescrição das parcelas vencidas, aplicando-se a prescrição para cobrança de parcelas**”.*

(Grifamos).



10. A Unidade Técnica, ao apreciar as razões de defesa da pensionista, argumentou que os elementos comprobatórios colacionados aos autos comprovam, senão existente a união estável (fls. 28 e 77), a sua existência em um dado momento, sendo o suficiente para gerar a perda da qualidade de segurada.

11. Esse posicionamento baseia-se, segundo a Instrução, em decisão monocrática proferida por Ministro do STF no MS 27.612-DF. Ademais, alega que não há direito adquirido a regime jurídico; que a então beneficiária firmou inúmeras declarações, informando à Administração Pública que permanecia solteira e não mantinha união estável, o que configura má-fé; e que, diante de indícios de ilegalidade, a administração deve exercer o dever-poder de anular os próprios atos.

12. O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do DF aquiesce às sugestões propostas pela Unidade Técnica (e-DOC 4BB6F829).

13. Feito esse breve relato, **passo ao exame de mérito** para, de antemão, acompanhar a proposta da Unidade Técnica, rejeitando os argumentos apresentados pela Defesa da pensionista.

14. A pensão especial concedida à interessada, na condição de filha solteira maior de 21 (vinte e um) anos, **possui natureza temporária**, consoante estabelece o parágrafo único do art. 5º da Lei nº 3.373/1958, *verbis*:

*Art 5º Para os efeitos do artigo anterior, considera-se família do segurado:*

*I - Para percepção de pensão vitalícia:*

*a) a esposa, exceto a desquitada que não receba pensão de alimentos;*

*b) o marido inválido;*

*c) a mãe viúva ou sob dependência econômica preponderante do funcionário, ou pai inválido no caso de ser o segurado solteiro ou viúvo;*

**II - Para a percepção de pensões temporárias:**

*a) o filho de qualquer condição, ou enteado, até a idade de 21 (vinte e um) anos, ou, se inválido, enquanto durar a invalidez;*

*b) o irmão, órfão de pai e sem padrasto, até a idade de 21 (vinte e um) anos, ou, se inválido enquanto durar a invalidez, no caso de ser o segurado solteiro ou viúvo, sem filhos nem enteados.*

**Parágrafo único. A filha solteira, maior de 21 (vinte e um) anos, só perderá a pensão temporária quando ocupante de cargo público permanente.**

*(Grifamos).*

15. Em virtude de sua natureza temporária, a pensão em tela pode ser interrompida a qualquer momento, quando implementada condição resolutiva<sup>2</sup> que acarrete a perda da qualidade de beneficiária.

<sup>2</sup> LEI nº 10.406/2002 (Código Civil):

Art. 121. Considera-se **condição** a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, **subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto.**

(...)

Art. 127. **Se for resolutiva a condição, enquanto esta se não realizar, vigorará o negócio jurídico**, podendo exercer-se desde a conclusão deste o direito por ele estabelecido.



16. Conquanto o artigo 5º da Lei nº 3.373/58 não estabeleça explicitamente a união estável como condição para a perda da pensão temporária por parte de filha maior de idade, a sua equiparação ao casamento pelo artigo 226, § 3º, da Constituição Federal permitiu a esta e. Corte de Contas assentar o entendimento de que a contração de união estável também altera o estado civil da beneficiária, acarretando a extinção do benefício, consoante se depreende da Decisão nº 1.327/2007, proferida no bojo do Processo nº 30.067/2006, *in verbis*:

*O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta, em parte, a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - que a filha maior e solteira, que passe a conviver com companheiro em estado de união estável, perde a condição de beneficiária da pensão estatutária concedida nos termos do artigo 5º, inciso II, parágrafo único, da Lei nº 3373/58; II - recomendar à Secretaria de Estado de Gestão Administrativa orientar os órgãos do complexo administrativo do Governo do Distrito Federal a colher, periodicamente, das beneficiárias de pensão civil, habilitadas na condição de filha maior solteira, declaração, sob as penas da lei, de que permanecem na situação de solteiras, não mantêm relacionamento em estado de união estável e não exercem cargo ou emprego público em caráter permanente; III - autorizar: a) a 4ª ICE a verificar, em futuras auditorias programadas, o cumprimento desta decisão; b) o arquivamento dos autos. Decidiu, mais, mandar publicar, em anexo à ata, o Relatório/Voto do Relator (Anexo I).*

(Grifamos).

17. A partir da mencionada decisão, a matéria encontra-se pacificada nesta Corte de Contas, vigendo a recomendação de os jurisdicionados colherem periodicamente das beneficiárias de pensão civil, habilitadas na condição de filha maior solteira, declaração, sob as penas da lei, de que permanecem na situação de solteiras e não mantêm relacionamento em estado de união estável nem exercem cargo ou emprego público em caráter permanente.

18. Nesse diapasão é o posicionamento do e. Tribunal de Justiça do Distrito Federal - TJDF, que, ao apreciar matéria semelhante, manteve o entendimento desta Corte de Contas, conforme demonstra a ementa de recente julgado, *in verbis*:

**REQUISITOS. EXISTÊNCIA DE UNIÃO ESTÁVEL. IMPEDIMENTO. PENSÃO INDEVIDA.**

**1. A Súmula 340 do STJ dispõe que a norma aplicável à concessão de pensão previdenciária por morte é aquela vigente na data do início do óbito do segurado, no caso, a Lei nº 3.373/58.**

**2. Tratando-se do direito à percepção de pensão decorrente da morte de servidor público, o art. 5º, parágrafo único da Lei nº 3.373/58 dispõe que será beneficiária a filha solteira, maior de 21 anos e não ocupante de cargo público permanente.**

---

Art. 128. **Sobrevindo a condição resolutiva, extingue-se, para todos os efeitos, o direito a que ela se opõe;** mas, se aposta a um negócio de execução continuada ou periódica, a sua realização, salvo disposição em contrário, não tem eficácia quanto aos atos já praticados, desde que compatíveis com a natureza da condição pendente e conforme aos ditames de boa-fé.

(Grifamos).



**3. Evidente a existência de união estável mantida pela beneficiária da pensão por morte, tendo, com o mesmo companheiro, três filhos, é ilegal a percepção do benefício.**

4. "(...) O casamento, tido por entidade familiar, não se difere em nenhum aspecto da união estável - também uma entidade familiar -, porquanto não há famílias timbradas como de "segunda classe" pela Constituição Federal de 1988, diferentemente do que ocorria nos diplomas constitucionais e legais superados. (...)" (REsp 1299866/DF, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 21/03/2014). *Mutatis mutandis*, a união estável não se difere em nenhum aspecto do casamento.

5. Recurso conhecido e provido.

(Acórdão n. 1052422, 20160110427397APC, Relator: DIAULAS COSTA RIBEIRO 8ª TURMA CÍVEL, Data de Julgamento: 05/10/2017, Publicado no DJE: **13/10/2017**. Pág.: 350/357)

(Grifamos).

19. No mesmo sentido tem decidido o e. Tribunal de Contas da União - TCU, conforme demonstram os Acórdãos nºs 892/2012-TCU-Plenário – em sede de consulta – e 305/2007-TCU-Plenário, no sentido de que a filha solteira maior, para continuar recebendo o benefício, não poderá incorrer em nenhuma das seguintes situações: ter contraído casamento ou conviver em união estável; ou ocupar cargo efetivo na Administração Pública direta ou indireta.

20. Assim, constato que o direito à pensão em tela pode ser extinto caso implementada condição resolutiva que acarrete a perda da qualidade de beneficiária, que, no presente caso, consiste na convivência em regime de união estável.

21. No que se refere à **configuração da união estável**, ao compulsar os presentes autos, o zeloso Auditor de Controle Externo, **Sidney Aurélio Kendji Arae**, observou que no documento de identidade de fl. 28, emitido pelo Exército Brasileiro em 31.05.2004, consta a pensionista como "*dependente do Sargento Luiz Antônio Pastorini Lançanova*" (Informação de fls. 58/61, e-DOC 30F33904).

22. Para obter mais informações, o diligente Auditor efetuou consulta à "BASE CPF", verificando que o militar residia no mesmo endereço da beneficiária; e que a pensionista possui três filhos, um dos quais se chama "*Mayra Ornelas Lançanova*", nascida em 27.01.95, que possui sobrenome idêntico ao do Sr. Luiz Antonio.

23. Diante desses achados, concluiu-se que, apesar de ter firmado declarações em sentido contrário (fls. 26, 30 e 38), há indícios de alteração do estado civil da pensionista de solteira para o de convivência em união estável.





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO MARCIO MICHEL

Fl.: 143  
Proc.: 3.390/1982

24. Em cumprimento à diligência determinada no item I da Decisão nº 403/2017<sup>3</sup>, o Departamento-Geral de Pessoal do Ministério da Defesa, mediante o Ofício no 22-AApAJur/VCh DGP/Ch DGP (fl. 77), informa que “... após consulta aos bancos de dados, identificou que a Sra Rosângela Gomes Ornelas consta como dependente do Sr. Luiz Antônio Pastorini Lançanova – 2º Sgt Reformado, na condição de companheira, desde novembro de 1999”.

25. É sabido que a união estável gera seus efeitos jurídicos, sendo reconhecida como entidade familiar e, nos termos do art. 1.723 do Código Civil, basta a convivência pública, contínua e duradoura com o objetivo de constituir família, para a sua configuração. Confira-se:

*"Art. 1.723. É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família."*

26. Desse modo, considero que as provas produzidas nos presentes autos são suficientes para configurar a situação de união estável, pois são elementos eloquentes disso a convivência em mesmo domicílio, a inclusão da companheira como dependente na ficha funcional da base de dados do Departamento-Geral de Pessoal do Ministério da Defesa e o intuito de constituir família, com o nascimento de uma filha em 1995.

27. Ao julgar situação similar, de extinção de pensão temporária de filha solteira maior, concedida com base na Lei nº 3.373/1958, em face de constituição de união estável, o colendo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios proferiu decisão com a seguinte ementa:

**ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO ORDINÁRIA COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. CANCELAMENTO DE PENSÃO TEMPORÁRIA DE FILHA SOLTEIRA MAIOR DE 21 ANOS. LEI Nº 3.373/1958. CONSTITUIÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL. DESCARACTERIZAÇÃO DA CONDIÇÃO INICIAL DE SOLTEIRA. ART. 1.723 DO CÓDIGO CIVIL. APELO IMPROVIDO.**

1. *Apelação interposta contra sentença que julga improcedente pedido de nulidade do processo administrativo que excluiu a sua pensão temporária de filha solteira, maior de 21 anos, paga pela Polícia Civil do Distrito Federal nos termos da Lei nº 3.373/1958.*

2. *A jurisprudência do Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento dos Recursos Extraordinários ns. 416.827 e 415.454, em 8 de fevereiro de 2007, firmou entendimento no sentido de que, em matéria previdenciária, a*

<sup>3</sup> O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: 1 - determinar a devolução do ato em diligência, para que, em 60 (sessenta) dias, a jurisdicionada: I – diligencie ao Ministério da Defesa, órgão emissor do documento de fl. 28, para que aquele órgão informe se a beneficiária da pensão em exame consta como dependente do Sr. Luiz Antonio Pastorino Lançanova, na condição de companheira (ou qual condição), e desde qual data está nessa condição; II – diligencie à prefeitura do município de Cascavel/PR para saber a data exata em que a beneficiária se tornou servidora pública daquele município; III – elabore novo Demonstrativo de Tempo de Serviço – DTS, para incluir o tempo averbado e corrigir o início da apuração, visto que aquele constante à fl. 53 não está em conformidade com o que foi analisado na concessão inicial, fl. 10 – no primeiro consta tempo averbado e o total (sem a Lei nº 22/89) não confere; 2 - autorizar o retorno dos autos à SEFIPE, para os devidos fins.

(Grifamos).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO MARCIO MICHEL

Fl.: 144  
Proc.: 3.390/1982

*lei de regência é a vigente no tempo da concessão do benefício (princípio tempus regit actum).*

**3. A exclusão da pensão temporária da autora teve como motivação o fato de a beneficiária ter mantido união estável com o pai de seus dois filhos (nascidos em 1994 e em 2006), tendo sido constatada pela inclusão do companheiro em ficha cadastral do Departamento de Polícia, além da declaração de residirem em mesmo endereço, conforme boletins de ocorrência policial datados de 2001 e 2004.**

4. Mesmo que atualmente a relação do casal seja apenas para cuidado dos filhos, nem o depoimento pessoal da parte e nem a prova testemunhal foram suficientes para demonstrar que autora nunca possuiu união estável com o pai de seus filhos. **Pelo contrário, as provas produzidas nos autos são contundentes no sentido de que houve sim a convivência em mesmo domicílio, o reconhecimento do companheiro como "cônjuge" em ficha cadastral da Polícia, e o intuito de constituir família, com o nascimento de dois filhos do casal.**

**5. A união estável gera seus efeitos jurídicos, sendo reconhecida como entidade familiar, nos termos do art. 1.723 do Código Civil. 5.1 Para Sergio Gischkow Pereira, in Direito de Família, Porto Alegre, livraria do advogado, 2007. P. 197: "Quem era viúvo, por exemplo, e estabeleceu convivência com outrem, como se casado fosse, deixa de ser viúvo e passa a ser companheiro. Terminada a união de fato, volta a ser viúvo, já que não é nominada a condição de ex-companheiro".**

6. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem entendimento de que o casamento, tido por entidade familiar, não se difere em nenhum aspecto da união estável: "[...] Assim, o casamento, tido por entidade familiar, não se difere em nenhum aspecto da união estável - também uma entidade familiar -, porquanto não há famílias timbradas como de "segunda classe" pela Constituição Federal de 1988, diferentemente do que ocorria nos diplomas constitucionais e legais superados.[...]" (REsp 1299866/DF, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 21/03/2014).

7. Apelo improvido.

(Acórdão n.1022698, 20150111342537APC, Relator: JOÃO EGMONT 2ª TURMA CÍVEL, Data de Julgamento: 17/05/2017, Publicado no DJE: 08/06/2017. Pág.: 177-213).

(Grifamos).

28. Registro, por oportuno, que a interessada, em suas razões de defesa, manteve-se silente quanto às provas carreadas aos autos que demonstram sua condição de dependente do Sr. Luiz Antônio Pastorini Lançanova, desde 1999, na qualidade de companheira.

29. Portanto, **considerando** o sólido entendimento desta Corte de Contas, nos termos da Decisão nº 1.327/2007, no sentido de que a filha maior de 21 (vinte e um) anos perde a condição de beneficiária de pensão temporária, prevista no parágrafo único do art. 5º da Lei nº 3.373/1958, quando restar configurado que passou a viver em regime de união estável, por se tratar de condição resolutive que extingue o direito ao benefício; e **considerando** a situação fática constatada nos autos, qual seja, convivência em regime de união estável, **concluo** que o direito à pensão temporária especial instituída pela ex-servidora DORVALINA GOMES DE SOUSA em favor de ROSANGELA GOMES ORNELAS, na condição de filha solteira maior de 21



(vinte e um) anos, encontra-se extinto desde a implementação da condição resolutive que acarretou a perda da qualidade de beneficiária.

30. No tocante ao **prazo decadencial do artigo 54 da lei nº 9.784/99**, cabe esclarecer que o prazo decadencial estabelecido no artigo 54 da Lei nº 9.784/99<sup>4</sup>, aplicável no Distrito Federal por força da Lei Distrital nº 2.834/01, não se aplica ao presente caso, porquanto não se cogita de anulação de ato administrativo, mas do reconhecimento da implementação de condição resolutive que extingue o direito à percepção de pensão temporária, conforme amplamente demonstrado.

31. Ademais, a pensionista persuadiu, por diversas vezes, a Administração Pública a acreditar que seu estado civil permanecia como “solteira”, consoante demonstram as declarações firmadas em outubro/2007, maio/2008 e abril/2012, respectivamente, fls. 26, 30 e 38, quando, na verdade, convivia em regime de união estável.

32. Somente quando os autos vieram a esta e. Corte de Contas em 2016, para fins de registro de revisão dos proventos de pensão, que o atento Corpo Técnico identificou indícios da existência de união estável por parte da pensionista, sendo tal fato confirmado, apenas em março de 2017, com as informações prestadas pelo Departamento-Geral de Pessoal do Ministério da Defesa (fl. 77).

33. Assim, apenas a título de debate, se fosse o caso de aplicar-se algum prazo para o jurisdicionado ou o Tribunal declarar a extinção da pensão temporária em exame, certamente que o termo *a quo* (para o início dessa contagem) deveria ser o momento em que a Administração Pública tomou conhecimento da existência da condição resolutive capaz de extinguir o benefício, qual seja, a alteração do estado civil de solteira para o de vivência em união estável, que no presente caso somente chegou ao conhecimento do Tribunal em março de 2017. Portanto, ainda, assim, não há que se falar da presença de fato impeditivo de o c. Tribunal apreciar a presente matéria.

34. No tocante à decadência, acrescento, ainda, que, conquanto a Administração tenha o prazo de cinco anos para rever seus atos, quando destes decorram efeitos favoráveis aos administrados, é bem verdade que o próprio artigo 54 da Lei nº 9.784/1999 ressalva que, em caso de má-fé, não se deve observar o prazo decadencial referido. Portanto, considerando que a pensionista agiu de má-fé, conforme se demonstrará em seguida, não há que se falar em decadência do direito de a Administração considerar extinta a pensão em exame. A esse respeito, confirmam-se os seguintes arestos:

---

<sup>4</sup> Lei nº 9.784/1999:

Art. 54. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO MARCIO MICHEL

Fl.: 146  
Proc.: 3.390/1982

**STJ**

“ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. CUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGO PÚBLICO. DECADÊNCIA ADMINISTRATIVA AFASTADA ANTE CARACTERIZAÇÃO DE MÁ-FÉ POR PARTE DO ADMINISTRADO. POSSIBILIDADE. SÚMULAS 7 E 83/STJ. CUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS. PRETENSÃO INCONSTITUCIONAL.

**1. O reconhecimento da má-fé por parte do recorrente afasta a decadência administrativa. Incidência das Súmulas 7 e 83 do STJ.**

2. A pretensão recursal traz em si, essencialmente, uma conotação inconstitucional. Não há que se falar em direito adquirido à cumulação de cargos públicos quando estes não estão previstos na exceção constitucional.

*Agravo regimental improvido”*

(AgRg no AREsp 3.214/DF, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/08/2011, DJe 25/08/2011).

**TJDF**

“CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS. PROFESSOR E ESCRITURÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO NÃO-CONFIGURADA. VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO. NÃO-OCORRÊNCIA. DECADÊNCIA ADMINISTRATIVA AFASTADA. AUSÊNCIA DE BOA-FÉ NA CONDUTA DO SERVIDOR. RECURSO IMPROVIDO.

1. Se o acórdão, embora sucinto, mostra motivação suficiente, albergando a matéria que lhe era própria, de modo a permitir a exata compreensão da controvérsia, não há ausência de fundamentação (AgRg no REsp 802.027/BA, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO).

2. É possível a acumulação remunerada de um cargo público de professor com outro técnico ou científico, nos termos do art. 37, inc. XVI, letra ‘b’, da Constituição Federal.

3. O cargo de Escriturário do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – IPSEMG não é técnico ou científico. Pode ser provido por quem completou o ensino fundamental. Por conseguinte, não exige conhecimentos técnicos específicos ou habilitação legal.

4. Os autos revelam que, após a notificação para que optasse por um dos cargos públicos, a recorrente protocolizou defesa na esfera administrativa, oportunidade em que se defendeu da forma que julgou necessária contra a alegação de que acumulava cargos. Os efeitos daquela notificação remanesceram suspensos até a análise do que alegou. Em consequência, não houve cerceamento de defesa.

**5. O prazo decadencial de 5 (cinco) anos do direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários não corre quando comprovada má-fé. Hipótese em que a recorrente fez declaração que não correspondia à realidade dos fatos quando assumiu o segundo cargo. Afirmou não exercer outro trabalho remunerado pelos cofres públicos.**

6. Recurso ordinário improvido”

(RMS 24.643/MG, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 11/12/2008, DJe 16/02/2009).

(Grifamos).





35. Adentrando no exame do **ressarcimento ao Erário de valores percebidos indevidamente pela pensionista**, é fundamental avaliar se, ao firmar as declarações de fls. 26, 30 e 38, a pensionista, consoante defende o Corpo Técnico, no que é acompanhado pelo *Parquet*, agiu com má-fé; ou, ao revés, se assiste razão à defesa no sentido de que a pensionista percebeu os valores de boa-fé e, também, se tais verbas possuem natureza alimentícia, não cabendo, portanto, o ressarcimento ao erário.

36. A meu sentir com razão o Corpo Técnico e o *Parquet*, senão vejamos.

37. Para discernir a conduta da pensionista, ei por bem fazê-lo à luz da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no Mandado de Segurança nº 25.641-9/DF que fixa parâmetros para afastar o ressarcimento ao erário de valores recebidos indevidamente por servidor ou seus dependentes, reputando que o ressarcimento só não seria necessário quando verificada a presença concomitante dos seguintes requisitos: (i) presença de boa-fé do servidor ou beneficiário; (ii) ausência, por parte do servidor ou beneficiário, de influência ou interferência para a concessão da vantagem impugnada; (iii) existência de dúvida plausível sobre a interpretação, validade ou incidência da norma infringida, no momento da edição do ato que autorizou o pagamento da vantagem impugnada; (iv) interpretação razoável, embora errônea, da lei pela Administração.

38. No caso em exame, verifico que tais requisitos não foram preenchidos.

39. De início, constato que não há como se atribuir boa-fé à pensionista, uma vez que essa se omitiu em informar à Administração o implemento de condição resolutiva do seu direito. Com efeito, a pensionista, ao requerer a pensão temporária, tinha ciência (ou deveria ter) de que a pensão só seria devida enquanto ela permanecesse solteira e sem exercer cargo público.

40. Desse modo, ao passar a viver em situação de união estável, cumpria-lhe informar tal circunstância à Administração. No entanto, optou por firmar declarações de que permanecia solteira (fls. 26, 30 e 38), contribuindo diretamente para a perpetuação do pagamento indevido.

41. Não bastasse isso, observa-se ainda a ausência de outro requisito. É que no presente caso o pagamento indevido não decorreu de uma interpretação errônea da lei por parte da Administração, pelo contrário, quando a pensão foi concedida em 1982, a interessada preenchia todos os requisitos legais, inexistindo aí qualquer ilegalidade.

42. O pagamento só passou a ser indevido quando a pensionista alterou o seu estado civil de “solteira” para o de convivência em “união estável” e deixou de comunicar tal circunstância à Administração, embora convocada para fazê-lo, optou por firmar declarações de que permanecia solteira (fls. 26, 30 e 38), contribuindo



diretamente para perpetuar o recebimento do benefício, ao qual sabia não ter mais direito.

43. Assim, não restando configurado nenhum dos requisitos acima, mostra-se legítima a restituição ao erário dos valores recebidos indevidamente pela pensionista.

44. Nesse sentido, é oportuna a transcrição de ementa do acórdão do Superior Tribunal de Justiça, *in verbis*:

*PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. PENSÃO TEMPORÁRIA. LEI 3.373/1958. FILHA OCUPANTE DE CARGO PÚBLICO. CANCELAMENTO DO BENEFÍCIO. DECADÊNCIA. INAPLICABILIDADE. MÁ-FÉ CARACTERIZADA.*

*REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. 1. Hipótese em que o Tribunal local consignou (fls. 167-168, e-STJ): "não há como se cogitar de boa-fé da pensionista quando esta se omite em informar à Administração o implemento de condição resolutiva do seu direito"; "a Autora, ao requerer a pensão temporária, tinha ciência (ou deveria ter) de que esta só seria devida enquanto ela permanecesse solteira e sem exercer cargo público. Desse modo, ao tomar posse em 1983, cumpria-lhe informar tal circunstância à Administração. No entanto, ela optou por permanecer silente durante todos esses anos, contribuindo diretamente para a perpetuação do pagamento indevido"; e "o pagamento indevido não decorreu de uma interpretação errônea da lei por parte da Administração. Pelo contrário. Quando a pensão foi concedida em 1980, a Autora preenchia todos os requisitos legais, inexistindo aí qualquer ilegalidade. O pagamento só passou a ser indevido quando a Autora assumiu cargo público e deixou de comunicar tal circunstância à Administração, embora tivesse o dever de fazê-lo, contribuindo diretamente para perpetuar o recebimento do benefício, ao qual ela sabia não ter mais direito".*

*2. Para modificar o entendimento firmado no acórdão recorrido, verificando se houve a suposta boa-fé na conduta da recorrente, seria necessário exceder as razões colacionadas no acórdão vergastado, o que demanda incursão no contexto fático-probatório dos autos, vedada em Recurso Especial, conforme Súmula 7/STJ.*

*3. Recurso Especial não conhecido.*

*(REsp 1688714/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/09/2017, DJe 10/10/2017)  
(Grifamos).*

45. Quanto ao argumento de que **as verbas recebidas possuem caráter alimentar**, não pode ser invocado em proveito próprio da pensionista, pois cabe à Administração cobrar a devolução de verba indevidamente recebida, quando o ato de recebimento encontra-se eivado de má-fé, sob pena de enriquecimento ilícito da pensionista, em detrimento do erário.

46. De mais a mais, o entendimento acerca do tema é que verba paga a maior e recebida dolosamente por parte da pensionista, descaracteriza o seu caráter alimentar e afasta o entendimento de lesão ao direito de irrepetibilidade dessa verba:



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO MARCIO MICHEL

Fl.: 149  
Proc.: 3.390/1982

**STJ**

ADMINISTRATIVO. PENSÃO POR MORTE. REVISÃO DAS COTAS DETERMINADA POR DECISÃO JUDICIAL. RESTITUIÇÃO DOS VALORES INDEVIDAMENTE RECEBIDOS. BOA-FÉ DESCARACTERIZADA. RECURSO NÃO PROVIDO.

**1. É devida a restituição de benefício previdenciário indevidamente percebido por pensionista de servidor público, quando não se cogita do desconhecimento da ilegitimidade do pagamento, estando afastada a presunção de boa-fé. Precedente da Corte Especial: MS 13.818/DF, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 17.04.13.**

2. Na espécie, deve-se restituir a quantia recebida a maior, desde o momento em que o caráter indevido da respectiva parcela fora reconhecido no bojo de processo judicial integrado pela ora impetrante, em decisão monocrática mantida pelo órgão colegiado do Superior Tribunal de Justiça.

3. Nessa situação, está descaracterizada a hipótese de erro de interpretação ou má aplicação da lei por parte da autoridade administrativa, sendo o caso de erro de fato, o que justifica o ressarcimento.

4. Recurso ordinário em mandado de segurança não provido.

(RMS 33.673/RJ, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/05/2013, DJe 16/05/2013, negrito nosso)

**TJDF**

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. AÇÃO DE CONHECIMENTO. ANULAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO. BOMBEIRO MILITAR. INATIVIDADE. RESSARCIMENTO DE INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE. POSSIBILIDADE. CARÁTER ALIMENTAR. NÃO CARACTERIZAÇÃO.

1 - O pagamento de indenização de transporte para Bombeiro Militar do DF, por ocasião de sua transferência para a reserva remunerada, impõe a comprovação de mudança de residência no território nacional.

2 - Verificando-se que o servidor não promoveu a mudança de domicílio, apta a ensejar o pagamento da indenização de transporte prevista nos termos do art. 92, parágrafo 3º, da Lei n. 7.435/85, patente se mostra o pagamento indevido desse benefício, impondo-se a aplicação do previsto no art. 27 do Decreto n. 986/1993.

**3 - O caráter alimentar, relativamente ao pagamento de indenização de transporte previsto na Lei n. 7.435/85, não pode ser invocado em proveito próprio do servidor, pois cabe à Administração cobrar a devolução de verba indevidamente recebida, quando o ato de recebimento encontra-se eivado de má-fé, sob pena de enriquecimento ilícito daquele servidor, em detrimento do erário. Ademais, o entendimento acerca do tema é que verba paga a maior e recebida dolosamente por parte do servidor, descaracteriza o seu caráter alimentar, afastando, pois, qualquer agressão ao princípio da irrepetibilidade dessa verba.**

4 - Recurso conhecido e não provido.

(Acórdão n.916354, 20140110917810APC, Relator: ANA MARIA AMARANTE, Revisor: JAIR SOARES, 6ª TURMA CÍVEL, Data de Julgamento: 27/01/2016, Publicado no DJE: 02/02/2016. Pág.: Sem Página Cadastrada.).

(Grifamos).

47. Uma vez demonstrado que se não operou a decadência do direito da Administração Pública extinguir a pensão temporária em exame, ante a implementação de condição resolutiva que acarretou a perda da qualidade de



beneficiária, assim como não há impedimento para a repetição do indébito, cabe, agora, examinar **a incidência da prescrição ao presente feito.**

48. A extinção da pretensão de ressarcimento ao erário pela prescrição, apesar de não ser matéria nova nos tribunais, suscita muita controvérsia e, ainda, pende de pacificação pelo Supremo Tribunal Federal.

49. Há três temas de repercussão geral reconhecidos pela e. Suprema Corte: (i) reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil; (ii) ressarcimento ao erário, em face de agentes públicos, em decorrência de suposto ato de improbidade administrativa; e **(iii) ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas.**

50. O primeiro tema, ressarcimento decorrente de ilícito civil, já foi julgado pela e. Corte Suprema, sendo fixado o entendimento de que é prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública, *in verbis*:

*Ementa: CONSTITUCIONAL E CIVIL. RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. IMPRESCRITIBILIDADE. SENTIDO E ALCANCE DO ART. 37, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO. 1. É prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil. 2. Recurso extraordinário a que se nega provimento.*

*(RE 669069, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, julgado em 03/02/2016, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-082 DIVULG 27-04-2016 PUBLIC 28-04-2016)*

*(Grifamos).*

51. Quanto ao segundo e terceiro temas de repercussão geral, respectivamente, RE 636.886-RG/AL e RE 852.475 RG/SP, o STF ainda não se pronunciou. Veja as suas ementas:

*Ementa: ADMINISTRATIVO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. PRETENSÃO DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. PRESCRITIBILIDADE (ART. 37, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL). REPERCUSSÃO GERAL CONFIGURADA. 1. Possui repercussão geral a controvérsia relativa à prescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário, em face de agentes públicos, em decorrência de suposto ato de improbidade administrativa. 2. Repercussão geral reconhecida.*

*(RE 852475 RG, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, julgado em 19/05/2016, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-108 DIVULG 25-05-2016 PUBLIC 27-05-2016 )*

*Ementa: ADMINISTRATIVO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. EXECUÇÃO FUNDADA EM ACÓRDÃO PROFERIDO PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. PRETENSÃO DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. PRESCRITIBILIDADE (ART. 37, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL). REPERCUSSÃO GERAL CONFIGURADA. 1. Possui repercussão geral a controvérsia relativa à prescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas. 2. Repercussão geral reconhecida.*

*(RE 636886 RG, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, julgado em 02/06/2016, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-123 DIVULG 14-06-2016 PUBLIC 15-06-2016 ). (Grifamos).*





52. Em decorrência do atual cenário jurídico de indefinição do tema no STF, multiplica-se a divergência de posicionamentos nos tribunais pátrios. De um lado, há precedente do STF que considera imprescritível o ressarcimento ao erário, nos termos do disposto no artigo 37, § 5º, da Constituição Federal, conforme demonstra a ementa do MS 26210, *in verbis*:

**EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. BOLSISTA DO CNPq. DESCUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE RETORNAR AO PAÍS APÓS TÉRMINO DA CONCESSÃO DE BOLSA PARA ESTUDO NO EXTERIOR. RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO. DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA. I - O beneficiário de bolsa de estudos no exterior patrocinada pelo Poder Público, não pode alegar desconhecimento de obrigação constante no contrato por ele subscrito e nas normas do órgão provedor. II - Precedente: MS 24.519, Rel. Min. Eros Grau. III - Incidência, na espécie, do disposto no art. 37, § 5º, da Constituição Federal, no tocante à alegada prescrição. IV - Segurança denegada.**

(MS 26210, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Tribunal Pleno, julgado em 04/09/2008, DJe-192 DIVULG 09-10-2008 PUBLIC 10-10-2008 EMENT VOL-02336-01 PP-00170 RTJ VOL-00207-02 PP-00634 RT v. 98, n. 879, 2009, p. 170-176 RF v. 104, n. 400, 2008, p. 351-358 LEXSTF v. 31, n. 361, 2009, p. 148-159).

(Grifamos).

53. De outro, o Superior Tribunal de Justiça tem decidido que o ressarcimento ao erário é atingido pela prescrição, aplicando por analogia o Decreto nº 20.910/1932 e, em respeito ao princípio da isonomia, reconhece a prescrição quinquenal, *in verbis*:

**AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. CASSAÇÃO DE VANTAGEM REMUNERATÓRIA POR DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. PRETENSÃO DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO, MEDIANTE DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO. PRESCRIÇÃO CONSUMADA. APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DO PRAZO DE 5 ANOS PREVISTO NO DECRETO 20.910/92. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.**

1. Tratando-se de ação, na qual a Fazenda Pública busca reaver parcelas remuneratórias indevidamente pagas a Servidores, o prazo prescricional a ser observado, por analogia, é o quinquenal, previsto no art. 1º. do Decreto 20.910/1932, em respeito ao princípio da isonomia (AgRg no REsp. 1.109.941/PR, Rel. Min. LEOPOLDO DE ARRUDA, DJe 11.5.2015). No mesmo sentido: AgRg no AREsp. 768.400/DF, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 16.11.2015 e REsp. 1.197.330/MG, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 12.6.2013.

2. No caso, a decisão do Supremo Tribunal Federal, que suspendeu o pagamento da vantagem ao Servidor, transitou em julgado em 8.3.2000, entretanto, somente em 17.8.2005 a Administração comunicou ao autor que, a partir do mês de setembro daquele ano, passaria a efetuar, em sua folha de pagamento, os descontos dos valores calculados, em decorrência da decisão favorável proferida no Recurso Extraordinário. Com efeito, passados mais de 5 anos, é inafastável a consumação da prescrição, como se deu neste caso.

3. Agravo Regimental do Estado de Santa Catarina desprovido.



(AgRg no REsp 1356863/SC, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 22/09/2016, DJe 11/10/2016)

AGRAVO REGIMENTAL. ADMINISTRATIVO. MILITAR DAS FORÇAS ARMADAS. DEMISSÃO. **CONTINUIDADE DO PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO APÓS O DESLIGAMENTO DO SERVIÇO ATIVO, POR ERRO DA ADMINISTRAÇÃO. VALORES QUE NÃO FORAM DEVOLVIDOS, APESAR DA NOTIFICAÇÃO DO EX-SERVIDOR. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. PRAZO PRESCRICIONAL. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. APLICAÇÃO DOS PRAZOS DO CÓDIGO CIVIL. IMPOSSIBILIDADE. CRÉDITO QUE TEM ORIGEM EM UMA RELAÇÃO JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DO PRAZO QUINQUENAL PREVISTO NO ART. 1º DO DECRETO 20.910/1932. PRINCÍPIO DA ISONOMIA. PRECEDENTES.**

1. É da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça o entendimento segundo o qual, "se a relação que deu origem ao crédito em cobrança tem assento no Direito Público, não tem aplicação a prescrição constante do Código Civil" (REsp no 623.023/RJ, Relatora a Ministra Eliana Calmon, DJ 14/11/2005).

**2. Em se tratando de ação em que a Fazenda Pública busca reaver parcelas remuneratórias indevidamente pagas a ex-servidores, o prazo prescricional a ser observado, por analogia, é o quinquenal, previsto no art. 1º do Decreto 20.910/1932, em respeito ao princípio da isonomia.**

3. Agravo regimental a que se nega provimento

(AgRg no REsp. 1.109.941/PR, Rel. Min. LEOPOLDO DE ARRUDA, DJe 11.5.2015).

(Grifamos).

54. O e. Tribunal de Justiça do Distrito Federal, por sua vez, tem seguido o entendimento do STJ, como se depreende dos seguintes julgados:

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. AÇÃO DE RESSARCIMENTO. **SERVIDOR PÚBLICO. OCUPAÇÃO IRREGULAR DE IMÓVEL FUNCIONAL. DANO AO ERÁRIO. RESSARCIMENTO DE TAXA DE USO E MULTA. TESE DE IMPRESCRITIBILIDADE DO DIREITO DE COBRANÇA. AFASTAMENTO. ENTENDIMENTO SUFRAGRADO EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. APLICAÇÃO DO DECRETO Nº 20.910/32. CONFIGURAÇÃO DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO DE COBRANÇA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DEFENSORIA PÚBLICA. DISTRITO FEDERAL. DESCABIMENTO. CONFUSÃO ENTRE CREDOR E DEVEDOR. SÚMULA 421 DO STJ.**

1. O Plenário do Supremo Tribunal Federal firmou tese de repercussão geral no sentido de que "é prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil" (RE 669069, julgado em 03/02/2016). Entendeu, portanto, aquela Corte Suprema que a imprescritibilidade está adstrita à pretensão de ressarcimento decorrente de ato de improbidade administrativa.

**2. Conforme entendimento consolidado pelo c. Superior Tribunal de Justiça, se a natureza dos créditos exigidos pela Administração Pública forem de natureza administrativa, devem ser utilizadas as regras prescricionais aplicáveis à Fazenda Pública, previstas no artigo 1º do Decreto 20.910/32, sob pena de afronta ao princípio da isonomia.**

3. Cuidando-se de cobrança de taxa de ocupação e multa administrativa imposta pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - CODHAB/DF, em decorrência de ocupação irregular de imóvel funcional por servidor público exonerado do cargo, deve haver a incidência



do prazo prescricional quinquenal, previsto no Decreto 20.910/32. Não proposta a ação no prazo legal, impõe-se o reconhecimento da prescrição.

4. Tendo em vista que a Defensoria Pública, que patrocina a parte vencedora, é órgão integrante da estrutura do Distrito Federal, ora parte sucumbente, impõe-se reconhecer a existência de confusão entre credor e devedor, ensejando a aplicação do enunciado nº 421 do Superior Tribunal de Justiça, a fim de afastar a imposição de honorários advocatícios na hipótese.

5. Apelação conhecida e parcialmente provida.

(Acórdão n.1047516, 20150110536113APC, Relator: SIMONE LUCINDO 1ª TURMA CÍVEL, Data de Julgamento: 13/09/2017, Publicado no DJE: 22/09/2017. Pág.: 167-180)

PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. PAGAMENTO INDEVIDO DE AUXÍLIO TRANSPORTE. SERVIDOR DESLIGADO DO QUADRO ADMINISTRATIVO. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA. SENTENÇA REFORMADA.

1. A prescrição, nos termos do art. 189 do Código Civil, refere-se à pretensão de ressarcimento ou de reparação em decorrência da violação do direito. A decadência, por sua vez, concerne ao próprio direito vindicado. Assim, ocorrendo a decadência, o titular perde o direito e não há que se falar em prescrição. Esta pode ser renunciada após a sua consumação. Esclareça-se: ainda que o titular do direito perca o acesso ao Poder Judiciário para reivindicá-lo, por ter ultrapassado o prazo prescricional, pode pagar o que é devido diretamente ao titular do direito, renunciando à prescrição.

2. Aplica-se de forma análoga o art. 1º do Decreto 20.910/32 em desfavor da Administração Pública para que esta possa reivindicar valores indevidamente pagos.

3. Embora constatada a má-fé do servidor no recebimento dos valores indevidamente pagos, a exigência de ressarcimento encontra-se prescrita.

4. Recurso conhecido e provido para acolher a prejudicial de prescrição.

(Acórdão n.1022377, 20160110160335APC, Relator: SEBASTIÃO COELHO 5ª TURMA CÍVEL, Data de Julgamento: 31/05/2017, Publicado no DJE: 08/06/2017. Pág.: 360/364)

PROFESSOR DA REDE PÚBLICA DE ENSINO. GRATIFICAÇÃO EM ATIVIDADE DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA EM TEMPO INTEGRAL AO MAGISTÉRIO - TIDEM - RESSARCIMENTO. ERÁRIO. DECRETO Nº 20.910/32. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. ANALOGIA. PRINCÍPIO DA ISONOMIA. BOA-FÉ. INOCORRÊNCIA.

1. Em obediência aos princípios da equidade e da isonomia, quando o crédito pleiteado pelo particular tiver natureza de Direito Público, devem ser utilizadas as regras prescricionais aplicáveis à Fazenda Pública, previstas no art. 1º do Decreto nº 20.910/32. Precedentes do STJ.

2. A Gratificação em Atividade de Dedicção Exclusiva em Tempo Integral ao Magistério - TIDEM é de natureza propter laborem, devida exclusivamente em função do efetivo exercício do cargo e em dedicação exclusiva das atividades de ensino público, conforme dispõe o art. 2º da Lei Distrital nº 356/92.

2.1. Comprovado que a autora, concomitantemente, lecionou na rede pública e na particular, resta inviável o pagamento da referida gratificação.

3. É cabível a restituição dos valores pagos indevidamente pela Administração Pública quando não estiver demonstrada boa-fé por parte do servidor que os recebeu.



4. A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial. Enunciado da Súmula n.º 473 do STF.

5. Apelação conhecida e parcialmente provida.

(Acórdão n.1005298, 20160110513712APC, Relator: DIAULAS COSTA RIBEIRO 8ª TURMA CÍVEL, Data de Julgamento: 09/03/2017, Publicado no DJE: 28/03/2017. Pág.: 496/501).

**DIREITO ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO E RECURSO ADESIVO. FUNDAMENTO DE FATO NÃO APRESENTADO EM PRIMEIRO GRAU. INOVAÇÃO RECURSAL. NÃO CONHECIMENTO. QUINTOS. RECEBIMENTO EM DUPLICIDADE. MÁ FÉ DA SERVIDORA. DECADÊNCIA DO DIREITO DE A ADMINISTRAÇÃO ANULAR O ATO ILEGAL. INOCORRÊNCIA. RESTITUIÇÃO AO ERÁRIO DOS VALORES RECEBIDOS A MAIOR. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL DA PRETENSÃO DE REALIZAR OS DESCONTOS.**

1. Nos termos dos arts. 264 e 517, ambos do CPC, é vedada a apresentação em grau de recurso de fundamento de fato que não tenha sido levado à apreciação do magistrado de primeiro grau, salvo comprovada impossibilidade de fazê-lo na oportunidade adequada.

2. Segundo a dicção do art. 54, da Lei n.º 9.784/99, aplicável em âmbito local por força da Lei Distrital n.º 2.834/01, a Administração tem o prazo decadencial de cinco anos para rever seus atos, quando destes decorram efeitos favoráveis aos administrados, salvo em caso de comprovada má-fé, hipótese em que esse prazo não é contado. Precentes do STJ.

3. **Evidencia-se a má fé da servidora** que, mesmo recebendo a parcela remuneratória denominada de quintos, em seus proventos de aposentadoria pelo Estado do Maranhão, requereu a inclusão e percebeu essa vantagem pessoal na remuneração do cargo que exerceu no Distrito Federal, pelo mesmo fundamento que lhe deu direito a receber naquele Estado. Logo, afigurou-se correta a conduta da Administração do Distrito Federal que, ao verificar o recebimento em duplicidade, suspendeu o pagamento e determinou a devolução parcelada das prestações recebidas indevidamente, não havendo que se falar em decadência.

4. **A pretensão da Administração Pública de descontar do contracheque do servidor as parcelas a título de reposição ao erário de valores indevidos, recebidos por ele de má fé, está submetida ao prazo prescricional quinquenal. Se restou comprovado nos autos que a autora foi comunicada pelo réu de que os descontos para a reposição se iniciariam no contracheque de maio de 2007, correta a sentença ao reconhecer a ocorrência da prescrição quanto às parcelas percebidas anteriormente a maio de 2002.**

5. Apelo do réu e recurso adesivo da autora improvidos.

(Acórdão 573711, 20070111094574APO, Relator: ARNOLDO CAMANHO DE ASSIS, 4ª Turma Cível, Julgamento 06/02/2012, DJE: 27/03/2012. Pág.: 117). (Grifamos).

55. Diante dessa celeuma, e considerando que a prescrição é a perda da proteção jurídica relativa ao direito pelo decurso de prazo, a qual busca reprimir a inércia e incentiva o titular do direito a tomar providências que possibilitem o exercício de seu direito em um período de tempo razoável, a meu sentir, impõe-se buscar a reparação dos valores indevidamente despendidos na forma proposta pelo Corpo





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO MARCIO MICHEL



Técnico, ou seja, no período compreendido entre 12.04.2007 e 30.06.2016, nos exatos termos da Decisão nº 1.327/2007, visando à regular e legal recomposição do erário distrital. Tal será, vale dizer, a ocasião propícia para discutir eventual incidência de prescrição, ponto em derradeiro suscitado na defesa da interessada.

56. Assim, é de bom alvitre que a cópia integral dos presentes autos sejam encaminhadas à Procuradoria-Geral do Distrito Federal para que sejam adotadas as providências cabíveis ao ressarcimento do erário, com vistas a proteger o patrimônio público de eventuais efeitos deletérios da prescrição.

57. Diante de todo o exposto, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

I. tenha por cumprida a Decisão nº 2.996/17;

II. conheça das razões de defesa apresentadas pela então pensionista ROSANGELA GOMES ORNELAS (e-DOC BFB23BBC – fls. 99-114), para, no mérito, considerá-las improcedentes;

III. determine à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do DF - SEPLAG/GDF que, em conjunto com a PGDF, adote as providências suficientes e necessárias a fim de que a interessada mencionada no inciso anterior promova o ressarcimento dos valores indevidamente percebidos a título de pensão civil por morte, no período compreendido entre 12.04.2007 e 30.06.2016, nos exatos termos da Decisão nº 1.327/2007, visando a regular e legal recomposição do erário distrital, o que deverá ser verificado em futura auditoria deste Tribunal;

IV. autorize o encaminhamento de cópia dos presentes autos à Procuradoria-Geral do Distrito Federal para adoção das medidas cabíveis ao ressarcimento do erário, com vistas a proteger o patrimônio público de eventuais efeitos deletérios da prescrição;

IV. dê ciência da presente decisão à referida pensionista, por meio do seu representante legal; e

V. autorize o arquivamento do feito.

Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2017.

**MARCIO MICHEL**  
Conselheiro-Relator